

## **DA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO)**

[Saudação aos presentes conforme protocolo]

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É um prazer estar aqui, no dia de hoje, participando desta abertura do “I Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Administração e Planejamento do Estado de Goiás”.

A instalação deste novo espaço para troca de informações e experiências, parte da Agenda de Gestão Municipal lançada pelo Governo do Estado em fevereiro último, representa um importante impulso para o aperfeiçoamento da qualidade da gestão pública em Goiás.

A Constituição Cidadã de 1988, o grande marco no reordenamento administrativo brasileiro, atribui a Estados e Municípios uma grande quantidade de tarefas que, até então, estavam concentradas no Governo Federal. Infelizmente, não houve o necessário preparo para que essas entidades subnacionais pudessem assumir essas novas atribuições. O resultado é que governos estaduais e municipais em diferentes estágios de organização acabaram reagindo também em tempos e em graus diferenciados.

No setor municipal, tradicionalmente menos estruturado, o problema foi mais grave, ao ponto de boa parte dos municípios não terem conseguido sequer fazer frente aos requisitos legais mínimos, tornados ainda mais complexos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, editada no ano 2000.

Em pesquisa recentemente divulgada, referente a dados dos anos entre 2006 e 2010, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan avaliou que dois terços dos municípios brasileiros têm gestão de contas públicas realizadas de forma insuficiente. Aponta como principais causas uma mistura de inchaço da máquina pública municipal com falta de preparo dos gestores para o exercício de suas funções.

Dos 246 municípios goianos, 74% estariam nessa faixa de alerta, com problemas de gestão em variados graus. Ainda que se possa contestar a metodologia dessa e de qualquer outra pesquisa que arrisque avaliar e ranquear as administrações municipais, a posição mais correta é tentar entender o que está acontecendo e reagir, buscando uma gestão mais moderna, mais ativa, mais voltada aos resultados que interessam à população de nossas cidades.

A marca de excelência que, ainda segundo a Firjan, caracteriza apenas 2% dos municípios brasileiros, deve ser buscada não como uma meta utópica, mas como uma meta alcançável dentro de um planejamento consequente, com passos bem definidos e com tempos realistas para que o sistema de administração pública amadureça.

Uma questão imbricada a essa é a da qualificação dos gestores, entendido aqui de forma mais ampla. Funcionários qualificados e motivados, selecionados por concursos públicos sérios; mais funcionários efetivos, que darão sequência, no tempo, às decisões administrativas e às boas práticas de gestão. É necessário criar uma cultura organizacional favorável à inovação e à gestão consequente. Por vezes, excelentes secretários de finanças, planejamento e gestão escolhidos entre os melhores quadros técnicos e partidários são impedidos de desenvolverem o excelente trabalho que deles se espera por falta de “massa crítica” no funcionalismo.

Também é necessário ampliar a informação aos gestores, não apenas sobre questões técnicas, mas até sobre disponibilidade de recursos. Vários programas federais e estaduais dispõem de recursos liberados sob demanda aos municípios. O mesmo acontece em bancos públicos e entidades multilaterais que têm linhas de crédito voltadas às cidades. A notícia que recebemos é que tais recursos muitas vezes não são demandados; ou os projetos apresentados têm baixa qualidade técnica, que impedem a aprovação.

Da mesma forma, precisamos aumentar a capacidade de arrecadação no nível municipal. Isso não significa, necessariamente, a criação de novos impostos. Muitas vezes, é a melhora da gestão fiscal, impedindo a sonegação, recuperando créditos devidos, organizando melhor o fluxo de caixa ao longo do ano e evitando fuga de contribuintes potenciais que determinam um aumento dos recursos municipais.

Outro elemento que não deve ser ignorado é o papel das Câmaras de Vereadores. Como parlamentar, reconheço que existe uma preponderância histórica do Executivo em nosso País, o que faz com que muitas vezes o Legislativo tenha papel apenas homologatório. Quanto melhor a qualidade do legislador municipal, entretanto, melhor o desempenho do prefeito.

Não se pode negar aos representantes da população dos municípios sua atribuição de aperfeiçoar a administração pública local. Da mesma forma, esperamos que o vereador se qualifique para realmente contribuir no exame das políticas públicas, especialmente as voltadas à questão social, ao desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

Nesse quadro, é essencial municiar a Câmara de Vereadores com as informações necessárias à tomada de decisão. Nunca desprezem as modificações que o Legislativo por vezes propõe aos projetos do Executivo. Os municípios com excelência administrativa geralmente possuem boas Câmaras de Vereadores, atuantes, proativas, dispostas a auxiliar o Executivo em encontrar as melhores soluções, que muitas vezes fogem ao olhar exclusivamente técnico das secretarias municipais.

Tivemos, durante o período militar, decisões exclusivamente técnicas que predominaram sobre vontades, interesses e necessidades da população. O autoritarismo tecnocrático esteve sempre longe de resolver nossos problemas.

A criação de mais instâncias de troca de informações, sejam elas técnicas, sejam políticas, sem dúvida, são um excelente caminho para melhorar nossa resposta aos desafios que se colocam à gestão municipal. A cooperação técnica e a solidariedade entre os municípios goianos com certeza terão seus efeitos multiplicados nessas arenas de desenvolvimento.

Claro que não podemos esquecer outras questões nacionais que têm influência direta sobre o município, especialmente na questão da disponibilidade novos recursos.

Lutamos, no Congresso Nacional, por aumentar a fatia de recursos voltada diretamente aos Estados e Municípios, tanto pela avaliação permanente das regras dos fundos de participação, quanto pela discussão do destino de novas fontes que estão se tornando disponíveis.

Esse é o caso da reavaliação das políticas de distribuição dos *royalties* resultantes de recursos minerais frente à descoberta de petróleo na camada pré-sal. É justo que essa nova fonte de recursos receba destinação mais igualitária, que ajude a reequilibrar as finanças de Estados e Municípios de todo o País, o que vai muito além da atual regra de divisão que avalia o *royalty* como uma compensação a eventuais danos ambientais ou sociais das regiões produtoras.

A se confirmarem as previsões, existirá arrecadação suficiente para manter a compensação aos produtores e investir pesadamente na melhora da situação do povo brasileiro, carreando

recursos para Estados e Municípios não produtores. É função das políticas públicas, nesse caso, da política fiscal, mitigar os efeitos centenários dos desequilíbrios regionais.

Encerro essas breves considerações cumprimentando o Governo do Estado de Goiás pela iniciativa da Agenda de Gestão Municipal, materializada, aqui, na instalação deste Fórum. Espero que esse espaço se constitua no motor da revolução da gestão que precisamos não apenas em nosso Estado, mas em todo o País. Se depender da nossa vontade e de ações como esta, recuperaremos o tempo perdido e nos posicionaremos mais apropriadamente no *ranking* da boa gestão pública.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada